



# Anais da Assembléia

Nº 17

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 1981

ANO VII

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1981 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados: Tércio Albuquerque e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga. (51), achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Zanlorenzi, Lázaro Dumont, Luiz Alberto de Oliveira, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Egon Pudell e Wilson Fortes. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — (Pela ordem) Gostaria que fosse feita uma retificação na ata que o 2.º Secretário terminou de ler. Ele leu como sendo de autoria do Deputado José Domingos, um requerimento que é de nossa autoria e que trata de uma Comissão Especial para gestionar junto ao Ministro dos Transportes, a respeito de um trem de passageiros da linha ferroviária que liga Maringá-Ourinhos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere a questão de ordem, levantada pelo nobre Deputado e manda fazer a anotação necessária na ata.

Em votação a ata. — Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o PLENÁRIO, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora ANEZINA ALVES PEREIRA, ocorrido ontem no distrito de Paiquerê, Município de Londrina. Rogo

seja também cientificada a família através do suplente de Vereador, FLANEZIO TERRA, na Câmara Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

a) VALDUGA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro Civil, JORGE MAURÍCIO RIBAS ZAGONEL, ocorrido ontem em nossa Capital em consequência de trágico acidente automobilístico.

JORGE MAURÍCIO RIBAS ZAGONEL, era casado e seu prematuro desaparecimento, aos 28 anos de idade, deixa profunda consternação a seus familiares, como também ao seu numeroso círculo de amizades, pois, com sua marcante personalidade, cativava as pessoas irradiando simpatia e confiança.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na Rua Visconde do Rio Branco n.º 125 — Curitiba.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

a) NILSO SGUAREZI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições que o Regimento Interno lhe confere, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente professor MIGUEL WOUK, ocorrido ontem nesta Capital.

O extinto deixa viúva a professora Maria das Dores Wouk e dois filhos: Antônio Felipe Paulino de Figueiredo Wouk e Maria Beatriz de Figueiredo Wouk.

Atualmente, o Professor WOUK, como era conhecido por todos aqueles que tiveram a felicidade de serem seus alunos, ocupava o cargo de Vice-Diretor do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, onde também, era Professor Docente Livre e Professor Titular da Disciplina de Filologia Românica. Representava no Paraná, o Itamaraty para a seleção de candidatos à carreira diplomática.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

a) FUAD NACLI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos da presente sessão um voto de congratulações e regozijo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado NEY BRAGA, pelo reinício da construção asfáltica do trecho SÃO GERÔNIMO DA SERRA-PIRAÍ DO SUL, conhecida como ESTRADA DO CERNE.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente, que se dê conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

Essa ligação asfáltica, já há muito esperada por mais de cem mil pessoas, é um sonho que está se tornando realidade, e não só virá trazer benefícios aos Municípios de SÃO GERÔNIMO DA SERRA, SAPOPEMA, CURIÚVA, TELÊMACO BORBA, TIBAGI, PIRAI DO SUL, como também trará benefícios incontáveis ao nosso Estado, pois ligará o NORTE PIONEIRO ao SUL, abreviando a distância e porque não dizer economizando combustível.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "O Avanço da Imoralidade", publicado no jornal "O Estado do Paraná", edição de 25 de março de 1981.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Nelson Jorge, DD. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, com insistente apelo no sentido de determinar providências administrativas tendentes a melhorar a oferta de produtos farmacêuticos, nos postos de venda atualmente instalados.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Sabe-se, Sr. Presidente, que a disponibilidade de medicamentos nas farmácias do IPE, segundo o depoimento de elevado número de funcionários, situa-se bem abaixo das necessidades ordinárias, impodo-lhes a alternativa de procurar o mercado.

Ora, os preços astronômicos dos remédios, constantemente em alta, em contraposição à exclusão do funcionalismo do benefício do reajuste semestral dos vencimentos, pressionam os já minguados recursos do servidor, especialmente daquele de menor renda.

Seria exatamente nessa faixa de necessidade que o IPE poderia amparar o seu associado, através de melhor atendimento, em termos de estoque e a preços inferiores aos comerciais, como, aliás, procede com o reduzido número de produtos de que atualmente dispõe.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de requerimento ao Excelentíssimo Senhor Desembargador HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, vasado nos seguintes termos: "O Deputado Tércio Albuquerque tem a subida honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar a especial fineza de que esse órgão solicite à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a criação dos Distritos Judiciários de DIAMANTE D'OESTE e RAMILÂNDIA, no Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

Os Distritos Administrativos de DIAMANTE D'OESTE e RAMILÂNDIA foram criados através da Lei Estadual n.º 7.186, de 18 de julho de 1979, estando assim atendidas as condições para que as pretendidas criações e instalações de distrito judiciário impliquem no conseqüente provimento de:

- a) Secretaria de Foro Extrajudicial (Tabelião de Registros e de Notas);
- b) Justiça de Paz temporária;
- c) Sub-Delegacia de Polícia.

A efetivação do solicitado no presente requerimento, sem dúvida, fator essencial ao desenvolvimento das comunidades acima referidas.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 17/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revogado o Art. 2.º, da Lei n.º 6.697, de 23 de julho de 1975.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

(a) DEL CIEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se revogar o dispositivo da citada Lei n.º 6.697, de 23 de julho de 1975, que contém norma impondo as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, na doação de um terreno ao Município de Telêmaco Borba.

Ocorre que, na verdade, essa doação é parte de uma permuta com o município em questão, o qual também doou área ao Estado, porém, sem as referidas cláusulas.

Nestas condições, como em permuta não cabe a inserção de tais reservas, porquanto houve bilateralidade (cf. Lei n.º 289, de 29/11/73, do Município de Telêmaco Borba), e ainda, para facilitar a utilização da área em pauta para objetivos mais condizentes com as necessidades daquele município.

A documentação anexa esclarece o que porventura não ficou satisfatoriamente explicado.

##### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 18/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A utilização de veículos de representação, de propriedade do Estado ou tomados mediante contrato de locação, se rege pelas normas estabelecidas nesta lei.

Art. 2.º — Para os efeitos desta lei, consideram-se veículos de representação aqueles destinados ao transporte de autoridades, com finalidades não diretamente ligadas à execução dos serviços administrativos.

Art. 3.º — Somente poderão utilizar-se de veículos de representação:

- I - No Poder Legislativo, o Presidente, o 1.º Secretário e o 2.º Secretário; e o Presidente do Tribunal de Contas.
- II - No Poder Executivo, o Governador, o Vice-Governador, os Secretários de Estado, o Procurador Geral da Justiça, o Procurador Geral do Estado, o Dirigente Executivo das Autarquias, das Empresas Públicas, das Sociedades de Economia Mista e das Fundações.
- III - No Poder Judiciário, o Presidente e o Corregedor Geral da Justiça.

Art. 4.º — Fica proibido o uso de veículos de propriedade ou sob a posse do Estado para fins estranhos aos interesses da administração.

Parágrafo único - A infração do disposto neste artigo configura crime de responsabilidade, para as autoridades, e para os funcionários, sujeito o responsável às penalidades previstas na Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1980.

Art. 5.º — Nenhum órgão dos três Poderes do Estado poderá adquirir veículo de procedência estrangeira quando existir similar nacional, nem veículo de categoria "luxo".

Parágrafo único - Não se instalarão acessórios de qualquer espécie nos veículos da frota oficial.

Art. 6.º - Em consequência da redução do número de veículos, decorrente da aplicação desta lei, os servidores ocupantes dos cargos de motorista serão aproveitados em funções compatíveis com a aptidão pessoal e de acordo com as necessidades da administração.

Art. 7.º - Os veículos de propriedades das entidades da administração indireta, como tal definidas pela Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, apresentarão sinal indicativo da pertinência ao serviço público.

Art. 8.º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê):

"Em março de 1980, nesta mesma Casa Legislativa, apontava eu alguns dos muitos erros do sistema educacional brasileiro. Na ocasião, referia-me especificamente ao ensino no Município de Mal. Cândido Rondon. Mas, como já é sabido e notório, os problemas educacionais não são exclusivos de apenas um município. Há mesmo um nivelamento do ensino em todos os cantos desta terra. E o que é pior, um nivelamento por baixo, muito inferior ao mínimo necessário.

E se hoje, volto novamente a falar do sistema educacional de Mal. Cândido Rondon, tenho a certeza de estar retratando um quadro generalizado, no Paraná inteiro.

Para comprovar esse panorama ridículo e deficiente do ensino no Estado e no País, bastam algumas considerações:

a. - emenda pior que o soneto:

Sabemos todos, que na distribuição dos benefícios dos impostos entre Nação, Estado e Município, este último é o mais prejudicado, ficando com uma parcela miserável do total arrecadado. E sabemos também, que a distribuição injusta é proposital, e provocada pelos donos do Poder Estadual e Federal, que assim têm nas mãos, para manobras escusas, todo o poderio econômico e político.

E mais: no tocante à educação, sabemos que é o Estado, o responsável pela mesma.

No entanto, o panorama descortinado, é o de um Estado incompetente, ou propositalmente elitista.

Mesmo sabendo de precariedade orçamentária dos municípios, o Estado joga sobre os mesmos, quase toda a carga do ensino primário, o que hoje chamamos de 1.ª a 4.ª série do primeiro grau.

E dentro dessa mesma incompetência e elitismo, omite-se também nas últimas séries do primeiro grau, e também no ensino de 2.º grau, incentivando a criação de escolas particulares.

Esse ora, até o final de 80, o panorama do ensino no Município de Mal. Cândido Rondon. E é também o panorama do ensino nos demais municípios paranaenses e brasileiros.

A "Gazeta do Povo", no dia 2 de fevereiro de 81, trazia a manchete: "Fênix se rebela por pagar mestres". E no corpo da matéria, estava clara a revolta do Prefeito de Fênix, Sr. Hermínio Scolari. E notem os Srs. Deputados, que o Prefeito é homem do PDS e não da Oposição. E é ainda o mesmo Prefeito que denuncia ser esta irregularidade até mesmo inconstitucional, e contratando funcionários para prestarem serviços

em órgãos estaduais, estão passíveis de cassação de seus mandatos visto que nenhum deles celebra quaisquer convênios neste sentido, autorizados pelas respectivas Câmaras Municipais.

Dizia eu, que este era o panorama em Mal. Cândido Rondon, até o final de 80. De um lado, a Prefeitura arcando com os encargos do ensino primário. E de outro lado, as últimas séries do 1.º grau, entregues aos colégios da CNEC, portanto, particulares e pagos. E no todo, a omissão do Estado.

E no mesmo pronunciamento, em março de 80, pedia eu a estadualização do ensino, em todos os graus.

Mas, parece que a regra da incompetência é institucionalizada no Estado e no País. E nesse começo de 81, somos obrigados a assistir mais uma das tantas aberrações. Ao invés da estadualização, vemos a Prefeitura tomar a si, também o ensino da 5.ª série do 1.º grau.

Para os desavisados e maus intérpretes, queremos dizer que não estamos defendendo o ensino pago, mas deixar bem claro que se o soneto já era ruim, a emenda foi pior.

Agora, com essa emenda espúria - que não acredito ser privilégio da Prefeitura de Cândido Rondon -, a Prefeitura já deficitária, torna-se ainda mais carente. E o ensino da CNEC, perdendo a 5.ª série, uma série de muitos alunos e, portanto, de maior renda, vai também tornar-se deficitária, e com certeza, repassar essa perda de renda para as séries seguintes, tornando o ensino particular pior e mais caro ...

b. - onde os vinte por cento da verba educacional?

As prefeituras municipais arcando com as despesas do ensino primário. As escolas da comunidade dominando as últimas séries do 1.º grau. O Estado ausente ...

E onde ficam então, pergunto eu, os vinte por cento do Orçamento do Estado, que o Governo diz destinar à educação?

Custeando as poucas escolas de 2.º grau? Custeando as faculdades estaduais, que também são poucas:

Ou estaria custeando as mordomias e altos salários da cúpula encastelada na Secretaria da Educação?

Como já afirmamos antes, as prefeituras recebem a menor parte, apenas uma migalha, do total de impostos arrecadados. O restante fica com o Estado e com a União. Muito mais com a União do que com o Estado. Mas ainda assim, vinte por cento desse total do Estado, é verba demasiado grande, para ser dilapidada com uma estrutura administrativa, sem que os resultados cheguem aos estudantes.

Para se chegar a essa conclusão, basta saber que no Rio Grande do Sul, a Secretaria da Educação atende um número muito maior de escolas, com verba inferior à da mesma Secretaria do Estado do Paraná.

c. - bolsas de estudo para carentes, ou privilegiados?

E aqui, também não poderia deixar de tecer algumas considerações sobre as já famosas bolsas de estudo.

Bolsas de estudo, que o Governo pretende distribuir aos necessitados, através dos Deputados.

Em primeiro lugar, é preciso ir ao cerne da questão. A educação gratuita é um direito do povo, e uma obrigação do Governo. E através da distribuição dessas bolsas de estudo o que é uma obrigação do Governo, passa a ser um favor, ainda que feito através das mãos dos Deputados.

Favor esse, que ao mesmo tempo que canaliza as verbas educacionais para obras desnecessárias e faraônicas, torna o Deputado conivente com esta situação, tornando o mesmo também, homem de favores à vista do seu eleitorado.

E é esta a finalidade e a consequência: transformar um dever do Estado, em canalizador de votos, para que Deputados e poderosos se perpetuem no poder. Porque na maior parte das vezes, os destinatários dessas bolsas são amigos ou cabos eleitorais, e raramente os verdadeiros necessitados.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria ainda uma vez reafirmar que é dever e obrigação do Estado, proporcionar ensino gratuito a todo cidadão. E dentro deste espírito de preservar um direito do povo paranaense e brasileiro, continuaremos lutando para que o ensino seja gratuito em todos os níveis. E acreditamos que todas as pessoas, e todos os Deputados de bom senso, estarão de acordo conosco.

Ainda, como não nos prestamos no ano de 80, a participar desse danoso, falso e mesquinho modo de tratar o problema educacional, que é a distribuição de bolsas de estudo, também no corrente ano, reafirmamos nosso propósito de não misturar nosso nome e nossos princípios, nisso que a maioria dos casos é pura e simplesmente uma manobra eleitoreira e elitista.

Assim, sabedores que o Sr. Governador Ney Braga pretende candidatar-se ao Senado, e sabedores que o mesmo Senhor é um dos patronos do panorama educacional vigente, colocamos a sua diaposição as bolsas de estudo que gostariam de nos ver distribuindo.

Homem de princípios, e com orgulho, homem de oposição ao Governo e a esse estado de coisas que aí estão, sempre preferi - e quando precisei sempre tive -, votos sinceros, votos ideológicos, e não votos trocados ou barganhados."

Mas, talvez esse mesmo Governador que quer nos ver distribuindo bolsas de estudo, possa, com elas, fazer um bom uso para sua futura campanha eleitoral, uma vez que é Governador nomeado e não Governador eleito diretamente pelo voto direto do povo.

Espero que o Governador do Estado, os homens de função pública neste Estado, pensem profundamente nesta questão, e comecem a dar soluções de profundidade ao gravíssimo problema de ensino, e não subterfúgios de pequenas bolsas de estudo, de pequenas verbas que, inclusive, quando chegam à mão do estudante, para ele mesmo é uma decepção, porque não pagam talvez nem um quarto do que terão que pagar nas escolas.

Portanto, esperamos que não continuemos adiando soluções de profundidade, e privilegiando o tratamento superficial ao gravíssimo problema do ensino público.

E firmes neste propósito, lançamos o desafio a todos os Deputados interessados, engajados na luta pelo ensino gratuito, lanço o desafio de que abramos mão das bolsas de estudo, porque não há contradição mais flagrante do que defender o ensino gratuito e alimentar o ensino pago com bolsas de estudo.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente, lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usará dos cinco primeiros minutos, o Deputado Fidelcino Tolentino e os restantes - dez minutos -, o Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Com a palavra, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era nosso propósito vir à tribuna munido dos documentos necessários para fazermos uma ponderação a respeito do problema da CPI do Cooperativismo e, mais especialmente, do problema ligado com a área de Aripuanã, no Estado do Mato Grosso.

Acontece, Sr. Presidente, que, nos últimos dias, as notícias que veiculam na área da COTRIGUAÇU dão conta de que a Diretoria daquela empresa congregadora de sete cooperativas

singulares, da região Oeste do Paraná, estaria negociando a polêmica área de um milhão de hectares com um grupo ligado à Companhia Melhoramentos.

E pelas alusões contidas nas conversas de cooperados, ligados à COTRIGUAÇU e até de alguns diretores da COPAVEL, é de que a Companhia Melhoramentos teria uma participação global no empreendimento, de setenta por cento, e que a COTRIGUAÇU ficaria com os restantes trinta por cento.

E dentro desses trinta por cento a Cooperativa Central Regional Iguaçu teria um ônus de compor com os Vereadores daquela área, com os irmãos Dohér, com o Banco do Brasil e com o Governo do Estado do Mato Grosso. Desses trinta por cento, dez por cento ficariam para o grupo aientante das ações da Otzar Empreendimentos, que se confunde com os Irmãos Dohér; os outros vinte por cento, Sr. Presidente, sobrariam para a COTRIGUAÇU negociar a dívida com o Banco do Brasil. E ainda também, dentro desses vinte por cento, mais o pagamento da dívida pretendida pelo Estado do Mato Grosso. E além disso, arcaria ainda com o ônus do Imposto de Renda, com todo o equipamento que causou grande ônus para a cooperativa e ainda os projetos, cujo dispêndio econômico estão implicados em grande parte, na conta com o Banco do Brasil, mas dentro deste aspecto todo, Sr. Presidente, há um problema que não se consegue entender, porque a Cooperativa Central Regional Iguaçu -COTRIGUAÇU-, depois de ter enviado uma carta para o Presidente do Banco do Brasil, solicitando um remanejamento de financiamentos em dólar, e liberar um novo financiamento para iniciar a colonização, aquela correspondência foi extraviada e não se sabe qual é o destino e até hoje não se divulgou a respeito do seu texto.

E o pior de tudo, Sr. Presidente, é que a semana passada, a imprensa dava notícia de que o Governo do Mato Grosso, tendo pleiteado na justiça a reintegração de posse daquela área, como medida preliminar, já mereceu da justiça do Estado, um despacho sobre uma medida acautelatória, uma medida de seqüestro e a posição que viemos nesta tribuna defender, defender não, indagar da CPI do Cooperativismo qual é a destinação que vai ser dada para o caso Aripuanã, que até agora desde o ano passado, depois da reunião feita em Cascavel com todas as lideranças sindicais do meio rural e também com as lideranças cooperativistas, ficou da classe política dar um andamento e um encaminhamento em diálogo com o Governo do Mato Grosso e até agora a CPI, não só não se reuniu como também nenhuma diretriz deu para que a agricultura possa ao menos, debruçar em cima de uma proposta que a classe política deverá fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Com a palavra o nobre Deputado Nestor Baptista, para usar os sete minutos restantes do PMDB.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, encontra-se sobre a mesa um requerimento de nossa autoria, solicitando algumas informações ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, com respeito a alguns diplomas que estão sendo apresentados a enfermeiros da chapa da situação que concorrem à Presidência do Sindicato dos Enfermeiros do Paraná e o certificado dá aproveitamento no curso de auxiliar de serviços médicos. (Lê):

"A pressão popular conquistou um espaço democrático que procura consolidar e ampliar. Mas a cada momento vê suas iniciativas fraudadas pelos que se habituaram ao regime de nomeações ao arbítrio das imposições que tentam assegurar a permanência de velhos dirigentes subservientes nos mesmos postos de mando. Se isto acontece em todos os escalões do Governo, também se reflete em todos os aspectos da vida social. E com mais evidência entre os trabalhadores que, sabe o

Governo, constituem a força real que poderá se contrapor a este estado de coisas.

A vida sindical no País vem sendo marcada pelas atitudes que atentam contra o processo livre e democrático de eleições, com o intuito único de impedir que as lideranças legítimas das diversas categorias cheguem à direção dos sindicatos. Aqui, no Paraná, isto é mais do que evidente. Nesses dias, nosso partido comentou o comportamento do General Adalberto Massa, há nove anos à frente da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e que merece do Partido do Governo saudações por sua permanência no poder.

Pois bem, Srs., trazemos hoje a este plenário os reclamos de outra categoria que se vê prejudicada pelas maquinações que tentam frustrar as eleições para o seu sindicato. É o Sindicato dos Enfermeiros, onde se mantém na direção um mesmo grupo há quinze anos, encabeçado pelo Sr. Antônio Lemos. Esta diretoria do Sindicato que tentou desarticular a greve da categoria por melhores salários, que recentemente enviou carta aos patrões denunciando os líderes reais do movimento, pretendo continuar na direção do sindicato.

Para isso e como sabe que dificilmente terá o respaldo dos votos da categoria, vem tumultuando o processo eleitoral e procurando produzir o clima para que se consumam irregularidades. Desde já, evidencia-se a tentativa de fraude.

A chapa 2, que concorre à diretoria do Sindicato dos Enfermeiros, apresentou a lista de mesários que devem constituir as mesas coletoras. São pessoas idôneas, presidentes de sindicato, com responsabilidades na vida sindical. O Sr. Antônio Lemos fez ampla campanha pela desistência dessas pessoas. Para isso, afirmou que a lista de mesários estava completa, impedindo, portanto, que as mesas sejam constituídas por pessoas da confiança das duas chapas. Quer o Sr. Antônio Lemos mesários de suas relações.

Isto foi denunciado ao Delegado Regional do Ministério do Trabalho, que, no entanto, não tomou qualquer atitude para coibir aquela iniciativa irregular do Sr. Antônio Lemos, pessoa com bom trânsito entre os patrões e na própria Delegacia Regional do Trabalho.

A atual diretoria do sindicato, que concorre a estas eleições pela chapa I, vem negando à chapa opositora o direito de fiscalizar o trânsito das urnas. Ou seja, os integrantes da chapa de oposição não poderão acompanhar o deslocamento das urnas das mesas coletoras à central de apuração. Para isso, usa dos argumentos mais simplistas. O fato foi denunciado ao Delegado Regional do Trabalho que respondeu que nada pode fazer, embora tenha demonstrado autoridade e competência quando se trata de defender os interesses da chapa patronal.

Mas isso não é o mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vai aqui uma denúncia muito grave. Em sua campanha, a chapa encabeçada pelo Sr. Antônio Lemos, vem distribuindo diplomas. E diplomas de um curso que não existe, que não é nem mesmo reconhecido pelo Conselho Regional de Enfermagem, o COREM. São diplomas de auxiliar de serviços médicos. E pasmem, Srs. Deputados. Os diplomas distribuídos pelo Sr. Antônio Lemos são expedidos pela Secretaria da Indústria e do Comércio, assinados pelo Secretário Fernando Fontana e pelo Sr. Sérgio Pereira Lobo, Chefe do Departamento do Trabalho daquela Secretaria e que trazem ainda a chancela do Governo Ney Braga. Em declarações públicas, o Sr. General Massa admitiu a validade desses certificados.

Esta é uma oportunidade importante para que possamos refletir sobre os fatos. Para mim, evidenciam-se aqui algumas questões:

Primeiro, o esforço para frustrar um processo eleitoral legítimo. Esforço para impedir a eleição de representantes reais de uma categoria. Nesse esforço, contribui a direção pelega do sindicato, que permanece há quinze anos no poder. Contribui também a omissão do General Delegado do Trabalho,

que legisla e decide a favor da situação. Contribuem os patrões, sequiosos em manter na direção do sindicato de seus empregados os dirigentes subservientes que, como comprova documento que temos em mãos, sempre serviram aos patrões. Contribui até mesmo a Secretaria da Indústria e do Comércio, com seus diplomas de nenhum valor legal, mas de efeito eleitoral seguro.

Não podemos ficar coniventes com esta situação. O PMDB que busca a vigência dos princípios democráticos, protesta contra esta situação e fica, mais uma vez, ao lado dos trabalhadores, dos empregados que vão sendo fraudados em suas aspirações.

Acredito que esta Casa tem o dever de exigir do Secretário da Indústria e do Comércio informações sobre o caráter e a forma como são distribuídos diplomas por ele expedidos e que não podem se constituir em instrumentos eleitorais.

Fica aqui o protesto da Oposição e a esperança de que o Plenário desta Casa, face às evidências que vamos apresentando, se convença do descalabro que seria apresentar um voto de louvor à permanência do General Massa à frente da Delegacia do Trabalho, que no dizer dos trabalhadores, é o Delegado dos patrões do capital.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto a Liderança do PTB se deseja usar o horário da Liderança.

Declinando, concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel, que falará em nome da Liderança do PP.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deveria hoje, abordar um assunto que vou deixar para a próxima semana, uma vez que um raio assim de alegria se apossou deste Deputado ao ler o jornal "O Estado do Paraná", de hoje, com um artigo intitulado "O Avanço da Imoralidade".

Trata-se da transcrição publicada no jornal "O Estado de São Paulo", do último dia 21, página 32, de uma carta enviada pelo Padre Vitório Luchesi, da cidade goiana de Anápolis, cujos termos diz bem o jornal "O Estado do Paraná" de hoje, são endossados aqui no Paraná por todo o clero, por entidades, por uma legião de pessoas preocupadas com os rumos que tomaram as novelas. E por esta razão, inclusive com o nosso endosso total à carta do padre Vitório, é que estou requerendo a transcrição deste artigo nos Anais desta Casa.

Diz o seguinte a missiva do padre Vitório: "A um sacerdote seria omissão grave não se valer de uma oportunidade para protestar contra o avanço da imoralidade que já começa a ser veiculada através da televisão, como vem fazendo a Rede Globo, cuja audiência alcança a maior fatia da população brasileira.

Senhoras e paroquianos contaram-me que viram estarrecidos, em pleno horário nobre, um episódio da novela Coração Alado, uma cena velada de masturbação que teria sido interpretada pela atriz Débora Duarte. A princípio não quis acreditar. Julguei tratar-se de compreensível exagero, pois jamais imaginei pudesse a censura brasileira permitir tão extravagante cena, em espetáculo liberado ao público, principalmente em se tratando de televisão, veículo que entra em qualquer lar, bastando apenas girar o botão.

Todavia, um misto de indignação e surpresa invadiu-me o ser, ao ler na última edição da revista "Veja" uma notícia sobre o fato. Ali a reportagem fala que a própria autora da novela, Janete Clair, teria proposto a inserção no capítulo daquela cena tão imoral quanto revoltante.

Lamentável sob todos os aspectos, ainda mais quando esse tipo de imoralidade vulgar e baixa tem origem na proposta de uma mulher, sinônimo de mãe, por isso mesmo mais responsável dentro de qualquer comunidade no que tange ao bom exemplo e aos bons costumes.

Lamentável que uma emissora de TV, de tão grande au-

diência impôr um modismo a todo o Brasil e lamentável ainda mais quando nesse modismo só se encontra o que não presta, o que destrói.

Lamentável que o Sr. Roberto Marinho, não exerça no caso pelo menos sua missão de pai e impeça que todo esse gênero de imoralidade seja divulgado num veículo de comunicação, segundo consta de sua propriedade. Lamentável que o Governo, já que tem a Rede Globo como principal porta-voz ou como verdadeiro órgão oficial de suas divulgações, faça vista grossa sobre o problema permitindo que cenas como as que foram exibidas prossigam no afã inglório de destruir os mais altos valores da sociedade.

Lamentável que o Governo não veja em tal problema um caso que afeta a própria segurança nacional, pois, a família é a base da sociedade. Se a família for corrompida, a sociedade como seu fundamental segmento também o será. Isto posto, vale reconhecer que corromper ou tentar corromper a família é um crime de lesa-Pátria, e é justamente isto que a Rede Globo vem fazendo, tentando conspurcar a dignidade da família, invadindo lares com suas mensagens de licenciosidade e cenas como as que foram relatadas.

E não se diga que o telespectador tem em mãos meios para não ver tanta imoralidade.

Seria muita cretinice argumentar que a TV tem um botão para ser desligado. Argumentação cretina, repito, a deste "grupelho" que tomou de assalto a emissora e quer impor suas verdades e se ofende quando alguém protesta. É tempo de por um paradeiro nisto tudo. É tempo de o Ministério da Justiça agir com maior rigor, para acabar com tamanha imoralidade.

Na expectativa de merecer a sua acolhida, apresento-lhe meus sentimentos de apreço e consideração."

Este é o artigo.

Tal protesto, Srs. Deputados, estou seguro, deve ter trazido o desejo de milhares de leitores do jornal "O Estado do Paraná", pois, esse protesto, na verdade, é um desabafo de cada telespectador.

É uma pena que o Padre Vitório tenha feito referências restritas a um único programa, pois, no mesmo caminho da imoralidade estão diversos outros programas da televisão brasileira, aguardando que o Ministério da Justiça se preocupe também, além de preocupar-se apenas com os problemas políticos, se preocupe também com a censura, com a família brasileira, se preocupe também com que nos nossos lares possamos, com tranquilidade, assistir programas de televisão sem o susto de presenciar, como temos presenciado, verdadeiras cenas de depravação.

Contudo, quando uma voz se levanta contra este estado de coisas, é preciso que não calemos. É preciso que tomemos uma posição. É preciso que, como representantes do povo, também falemos, também lancemos o nosso protesto. Também indignados, lutemos para que possamos ter respostas às coisas nos seus devidos lugares. Porque a grande verdade, Srs. Deputados, tenho convicção é que nas nossas famílias, no recôndito de nossos lares, quantas vezes assistindo nos horários nobres de televisão, vemos cenas que nos contrangem, desde que estejamos próximos de uma filha, próximos de nossa mãe ou ainda mais de uma visita em nosso lar.

É preciso que não apenas assistamos impassíveis, mas na condição de representantes do povo comecemos a levantar as nossas vozes nas tribunas das Assembléias, das Câmaras, da Câmara Federal, do Congresso, que exijamos posições. Que o Ministério da Justiça passe a ter uma participação maior para salvar este País que está caminhando sem dúvida alguma, como diz bem o título do artigo: "O Avanço da Imoralidade". Isto é o que está acontecendo.

Endosso por inteiro a preocupação do padre goiano contra o avanço da imoralidade através da televisão, por esta razão, estou encaminhando à Mesa um requerimento para que

o referido artigo publicado na edição de hoje, seja transcrito nos Anais desta Casa.

Apenas isto, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### EM VOTAÇÃO:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Marialva", com sede e foro na Cidade de Marialva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/80, de autoria do Deputado CARLOS ZANLORENZI, que declara de utilidade pública a "Associação do Deficiente Motor", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Astorga", com sede e foro na Cidade de Astorga. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/80, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "Associação de Recuperação do Alcoolatra - ARA", com sede na Cidade de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Anezina Alves Pereira.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Civil Jorge Maurício Ribas Zagonel, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Miguel Wouk, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pela passagem do nono ano frente à direção daquela Delegacia.— Em votação.



O SR. RENATO BERNARDI — Para encaminhar a votação.  
O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Há determinados fatos, na História do Paraná, que muitas vezes servem de opróbrio, vexame e vergonha para este Estado, do que motivo de júbilo ou satisfação.

Temos assistido tantas coisas na vida pública do Paraná que não nos espanta também o teor do requerimento de congratulações, que está hoje nesta Casa.

Se falamos, Srs. Deputados, em tempos novos — e se há — efetivamente por parte de toda a sociedade civil uma articulação para um processo de abertura democrática, é preciso também sabermos voltar as costas ao passado e sepultar aqueles entraves que mancharam a vida nacional, durante o período mais negro da repressão, da violentação da sociedade civil.

Forças que sabemos de que natureza, mantiveram o General Adalberto Massa durante nove anos à testa da Delegacia Regional do Trabalho.

A sua presença no Paraná, poderia ser entendida e compreendida como um fato desagradável do arbítrio implantado neste País a partir do AI-5. A sua presença hoje na Delegacia Regional do Trabalho representa, isto sim, uma carga onerosa e altamente desagradável para as forças trabalhadoras do Paraná e o fato de ele completar nove anos à testa daquela delegacia, usando todos os expedientes para nela se manter, escusos e condenáveis, não deveriam ser, Srs. Deputados, motivo de regozijo, e sim, uma página negra a ser virada na história paranaense, porque, se houve uma pessoa neste Estado, Sr. Presidente, que procurou enlamear a vida sindical, esta pessoa está à testa da Delegacia Regional do Trabalho. Se ouve uma pessoa que procurou marginalizar a sociedade civil, esta pessoa está à testa da Delegacia Regional do Trabalho. Se houve uma pessoa a semear diretores em sindicatos de trabalhadores, essa pessoa está, hoje, à testa da Delegacia Regional do Trabalho.

Entende-se que o País, tendo um Ministro civil no Ministério do Trabalho, não tem força para tirar o General de tantas estrelas dessa Delegacia.

Mas, a classe política, soberana, altiva e, acima de tudo, com raízes efetivamente populares — porque conquistou o voto nas bases populares —, não pode, sob pena de também compactuar com grande parte do que lá acontece, se regozijar com nove anos de vexames, nove anos de violência, nove anos de pressão, nove anos de repressão sobre as mais diversas categorias profissionais dos trabalhadores do Paraná.

Entendo, Sr. Presidente, e entendem os homens livres deste Estado, que a permanência do General Adalberto Massa durante nove anos como Delegado Regional do Trabalho do Paraná, foi, acima de tudo, uma humilhação para o trabalhador do Paraná.

Muito mais do que me posicionar contrário ao voto de regozijo, quero, isto sim, que fique constado nos Anais da Casa o meu protesto pela permanência daquele homem, numa função para a qual nunca esteve preparado, ele que sabe muito bem se entrosar com a elite dominante, mas sabe também, através dos pelegos que formam a sua corte de bajulação e de aplauso, se manter no poder, mas que jamais ocuparia uma posição desta, se vivêssemos num regime efetivamente democrático, onde os diversos segmentos sociais pudessem fazer valer a sua voz, a sua presença e a sua vontade.

Que o requerimento do nobre Deputado Tércio Albuquerque, para ele, sirva de regozijo, mas para nós, sirva de um momento de lamentação, porque enquanto se fala em tempos novos, há muita coisa, Sr. Presidente, que neste Paraná ainda representa o arbítrio e a prepotência de um regime autoritário, que por tantos e tantos anos deixou à margem do processo

social, econômico e histórico do Brasil, a maior parte da Nação brasileira.

E são esses esbirros que estão aí, na Delegacia Regional do Trabalho, outros em outros setores, a mostrar claramente que as intenções do General Figueiredo, quando fala em abertura, podem provir da sua sinceridade pessoal, mas não tem reflexos em diversas camadas do oficialismo que aí está.

Uma Casa livre e soberana como a Assembléia Legislativa, no momento em que se aprovar aplausos a essa perdurância de nove anos, estará, acima de tudo, voltando as costas à classe trabalhadora e batendo palmas a um arbítrio que todo o Brasil pode sepultar.

E é uma página negra da História Nacional, que queremos virar com pressa, para que nossos filhos, ao olharem em nossos olhos, não sintam vergonha da atitude de seus pais, hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Nelson Dal Santos, Prefeito Municipal de Prudentópolis, e do Vereador Carlos Cordeiro, também daquele município.

Continua em votação o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação).  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Valendo-me exatamente de expressões usadas pelo nobre Deputado Renato Bernardi, de que esta Casa é livre e soberana, é que encaminho à votação o requerimento de autoria do nobre Deputado Tércio Albuquerque.

E, por ser esta Casa livre e soberana, é que ela delibera pela vontade da maioria.

Reconhecemos o direito da minoria protestar, não concordar; o direito da minoria votar contrariamente, pois esse é um direito não só regimental, mas até constitucional.

Mas, não reconhecemos o direito de se agredir gratuitamente um cidadão, um cidadão que tem dado mostras de ser um homem imbuído da melhor boa vontade, no desempenho de suas funções. Talvez não caiba culpa alguma por estar, por longos anos, à frente da Delegacia Regional do Trabalho.

Mas, o General Adalberto Massa, nesses longos anos, tem uma folha de serviços prestados à coletividade trabalhadora, à coletividade obreira. Sabemos que sempre existem divergências em todos os segmentos da sociedade, é evidente que muitos não gostam de sua atuação. Mas não conhecemos episódio algum que o desabone, moralmente.

E também não aceitamos a colocação que faz o nobre Deputado Renato Bernardi, que existem requerimentos de júbilo para o Estado e que outros se constituem em uma vergonha.

A alusão clara que Sua Excelência fez do requerimento de autoria do Deputado Tércio Albuquerque. Esse requerimento não é vergonhoso, porque ele visa que uma parcela da Assembléia Legislativa do Estado reconheça, através de um voto de regozijo, os trabalhos prestados pelo Delegado Regional do Trabalho à coletividade obreira do Paraná.

E, esse trabalho, essa boa vontade em decisões sábias, tomadas por Sua Senhoria no desempenho de suas funções, são reconhecidas por um grande número de trabalhadores, aliás, pela maioria dos trabalhadores.

Erros é evidente que existem. Quem não erra?

Agora não são pequenos erros que invalidam uma atuação destacada.

A Bancada do PDS votará, com muito prazer, o requerimento, com muito prazer porque reconhece no General Massa um homem, acima de tudo, preocupado em acertar; preocupado em distribuir justiça; extremamente preocupado em bem desempenhar as suas funções. Embora reconhecendo o direito que tem

a Oposição que é minoria, porque o povo, na sua alta sabedoria, mandou a esta Casa, uma maioria do Governo. Mas reconhecemos nessa minoria, o direito de protestar, de votar contra. Respeitamos. Apenas certas colocações que não aceitamos, porque injuriosas, inverídicas, até caluniosas.

São essas colocações contra as quais nos insurgimos e jamais aceitaremos que elas possam denegrir a reputação de um homem que, além da folha de serviços prestada à frente de uma Delegacia tem uma folha brilhante de serviços prestada à Nação brasileira, de maneira que não se pode jogar por terra uma existência, uma existência de dedicação como foi a do General Adalberto Massa.

Se ele chegou a um dos mais altos postos das Forças Armadas não chegou graciosamente. É porque ele tem qualidades, qualidades que o fizeram uma figura respeitada no seio das Forças Armadas.

Então, não se pode jogar todo um passado fora em virtude de um, dois ou três erros porventura cometidos.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que nos associamos ao requerimento do Deputado Tércio Albuquerque.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. CYRO MARTINS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com todo o respeito ao Deputado Renato Bernardi, as ponderações do Deputado realmente traduzem um espírito oposicionista. Para todos aqueles que vão ao seu gabinete sabem perfeitamente que lá o trabalho é altamente democrático e inclusive nos irrita, às vezes, quando vamos lá e ele está com presidentes de sindicatos, está com trabalhadores e nos deixa para segundo plano.

Com todo perdão ao pronunciamento do nosso Deputado da Oposição, ex-Líder do PMDB, Renato Bernardi. O nosso Delegado Regional do Trabalho do Paraná, merece todas as nossas considerações e gostaria que aqueles Deputados da Oposição que têm dúvidas sobre as minhas palavras que estão sendo bastante sinceras, cheguem no seu gabinete e vão dialogar com ele e vão sentir realmente que é um homem que preza a responsabilidade que tem e mais, preza tanto que deixa tão democrática aquela sala que, repito, irrita-nos irmos lá e sermos tratados como um presidente de sindicato, como um trabalhador que vai à sua sala.

Esta é a minha ponderação e sou favorável altamente ao pedido do Deputado Tércio, a respeito do voto de regozijo.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Em votação o requerimento.

O SR. FUAD NACLI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, não conhecemos perfeitamente o requerimento, mas conhecemos muito bem a pessoa do Delegado Massa, porque já tivemos a oportunidade de visitar a sua Delegacia e sempre nos recebeu com as portas abertas e todos os funcionários daquela Delegacia fazem parte até da conversa.

É um homem que tem as portas abertas para a Oposição para a Situação, para os Sindicatos e para todos. Não podemos aqui deixar que passem as palavras da Oposição, porque aquele homem que se encontra à frente da Delegacia, acredito que ele deve ter feito muito pelo Paraná, mas alguma coisa que deixou de fazer, se colocarmos o que tem feito aqui no Paraná, devemos votar com o requerimento do nobre Deputado Tércio Albuquerque.

Queremos dizer que não é a maioria e nem a minoria,

mas sim é o homem que está dedicando a sua vida à frente daquela Delegacia e só teremos que votar com os homens de bem e aqueles que sempre se dedicaram ao Paraná, e é por isso que estamos com o Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria, sinceramente, de entender os motivos que levaram o nobre Deputado Tércio Albuquerque a solicitar cumprimentos a um verdadeiro filho da ditadura deste País, como o General Adalberto Massa, que desde 1964, nos machuca e que colocou, já há nove anos, a machucar o trabalhador do Paraná, aqui em nosso Estado, como Delegado Regional do Trabalho, o Sr. General Adalberto Massa.

Vou citar pequenos exemplos, para ilustrar o porquê, Deputado Tércio Albuquerque, com o meu respeito, mas do nosso protesto, para com esse requerimento.

No ano de 1979, e volto a repetir, são pequenos exemplos, na cidade de Paranaguá houve a eleição para o Sindicato dos Ensacadores e Carregadores de Café. Houve a primeira, ganhou a oposição. O Delegado Regional do Trabalho impugnou, porque não conhecia como válida aquela eleição.

Marcou uma nova data, marcou uma segunda eleição, e ainda com as pressões que aconteceram naquela oportunidade, não se sabe como a chapa da Oposição acabou ganhando de novo.

Foi decretada uma nova intervenção, e o cúmulo, Sr. Presidente, é que a junta interventora foi justamente aquela chapa que foi derrotada.

Depois de muito trabalho, inclusive de alguns outros Deputados, é bom que se diga, e que toda a manifestação da classe lá em Paranaguá acabou aquele que, legitimamente, havia conquistado o voto dos seus companheiros de sindicato, assumindo a Presidência na terceira realização da eleição.

Aqui nesta Casa, temos vários jornalistas e radialistas. Há dias atrás, conversava com o Deputado José Domingos, e como radialista e jornalista que sou, abordávamos as barbaridades que hoje ocorrem no setor aqui em nosso Estado, e mais precisamente, em Curitiba.

O verdadeiro profissional de rádio ou de jornal está sendo relegado, porque não há fiscalização por parte do Delegado Regional do Trabalho. E está havendo uma invasão já há alguns anos no setor, e os profissionais não conseguem trabalhar. Porque, por troca até de favores públicos, ou de elogios em rádios ou jornais, o Sr. Delegado Regional do Trabalho acaba fazendo vistas grossas àqueles que não podem ocupar um microfone de rádio, uma câmara e microfone de televisão, ou até mesmo, página de jornal. E o verdadeiro profissional acaba sendo relegado a um segundo plano, volto a insistir.

E tenho recebido inúmeros reclamos de companheiros, porque na realidade, são profissionais como de jornalista e de radialista, que conheço bastante, é que estão sendo invadidas. Existem inúmeras outras.

No ano passado, tivemos a eleição do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Foi eleito um cidadão da Oposição.

Foi impedido de tomar posse e, a exemplo do que havia ocorrido em Paranaguá em 79, aquela chapa derrotada foi nomeada como interventora do Sindicato, justamente aquela que os trabalhadores não aceitavam é que foi indicada.

E temos hoje, também, o exemplo do Sindicato dos Enfermeiros, onde há quinze anos permanece um pelego chamado Antônio Lemos como presidente. Há agora um movimento de oposição bastante forte, bastante sólido e fortalecido pelo apoio dos enfermeiros mas que, começa a sofrer em



várias áreas, como denunciei há pouco, da tribuna. Inclusive com diplomas expedidos pela Secretaria da Indústria e Comércio, apoio inclusive por parte do Delegado Regional do Trabalho, que faz de conta, é bom que se diga, desconhecer o que na realidade está acontecendo.

O Sr. Antônio Lemos tem trânsito livre junto ao Delegado Regional do Trabalho, e portanto, as denúncias feitas pela chapa da Oposição não chegam até o Sr. Presidente ou ao Delegado Regional do Trabalho. Diz ele que não chegam, elas chegam, ele faz de conta que não ouve, faz de conta que não sabe o que está existindo, como por exemplo hoje ou à noite algumas prisões que foram efetuadas de enfermeiros que estão trabalhando para a eleição de uma chapa de Oposição.

E tudo isso acontece hoje, dada a omissão do Sr. Delegado do Trabalho, General que legisla e decide a favor da Situação e sempre favorável aos patrões.

Existe muito patrão na realidade, precisando de apoio, mas existe muito mais empregado, muito mais trabalhador necessitando do apoio, não do Sr. Delegado Regional do Trabalho, mas da legislação, da lei, da legalidade. Porque, cabe ao Delegado Regional do Trabalho aplicar a lei, e isso ele não vem fazendo, tenho certeza absoluta, nesses nove anos que está à frente da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, não podemos apoiar o requerimento do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, que para nós soa como um verdadeiro desrespeito aos trabalhadores do Estado do Paraná.

E poderia falar também, Sr. Presidente, de Porecatu, mas não conheço bem como o Deputado José Tavares, onde trabalhadores estiveram envolvidos com o Delegado Regional do Trabalho e também foram traídos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o requerimento.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Poderíamos, nesta tarde, nesta sessão, colocar diversos episódios passados e provocados até pelo Delegado Regional do Trabalho.

Alguns exemplos foram citados pelo ilustre Deputado Nestor Baptista, e para que não percamos mais tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo declarar nesta oportunidade, por entender que o Delegado Regional do Trabalho teve durante todo este tempo uma participação mais maléfica do que benéfica em todos os episódios dos trabalhadores do Paraná, devo e repito dizer que votarei contrariamente ao requerimento de autoria do Deputado Tércio Albuquerque.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com todo o respeito que merece o Deputado Tércio Albuquerque, pela antiga, velha amizade que temos, mas também pelo distanciamento de posições políticas que sempre tivemos, me permito fazer uma lembrança de que este Parlamento tem assistido uma série, um desfile enorme de postulações, de

requerimentos, de moções pedindo voto de louvor, congratulações a homens que deveriam estar no cumprimento do dever; simplesmente estão cumprindo o dever, como nós outros aqui estamos cumprindo o dever.

E nem por isso, Sr. Presidente, somos levados a ter votos de congratulações. Porque, se fôssemos dar votos de congratulações, deveríamos fazê-lo aos trabalhadores da construção civil, aos trabalhadores da agricultura, aos trabalhadores do comércio, da indústria, aos enfermeiros e a todos quantos movimentam as riquezas deste Estado.

Mas, no entanto, Sr. Presidente, o que vemos sempre e reiteradamente, insistentemente reiterações de pedidos ou requerimentos de votos de congratulações. Já estamos num estágio bem mais adiantado do que este tipo de bajulação, permita-me a colocação do termo, nobre Deputado, não em desrespeito ao seu requerimento, mas parece-me que essas comendas vindas assim de forma gratuita, não servem a nada, à evolução dos estágios políticos, econômicos, sociais e à disputa que existe neste País em termos de capital e de trabalho.

A verdade, Sr. Presidente, é que o Delegado do Trabalho tem sido vítima de muitas acusações neste Parlamento, e será uma contradição o Parlamento Estadual se agachar ao ponto de oferecer esse tipo de voto de congratulações.

Com toda a liberdade venho a esta tribuna para me posicionar contrariamente, porque já houve episódio do Sindicato da Construção Civil - e aí se repete o problema de enfermeiros e se repetem outros sindicatos.

O que parece estar preocupando a área do Governo, especialmente na área de Delegacias de Trabalho, é uma forma conciliatória para sufocar o movimento. Os movimentos que nascem das bases, os movimentos reivindicatórios. E a Delegacia do Trabalho nada tem feito em favor dos trabalhadores.

Por esta razão, descuro sem pretensões, do requerimento do nobre Deputado Tércio Albuquerque. Assiste-me todo o direito de fazer este tipo de requerimento, sem dúvida alguma incontestavelmente.

Só que no mérito, Sr. Presidente, não é o momento e nem a pessoa indicada para receber do Parlamento esse favor gracioso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho comigo que a omissão é a arma dos covardes e dos coniventes. A omissão tem sido, nesses anos, a arma que ocupantes momentâneos ou temporários de cargos públicos, têm se utilizado neste País. Em que pese o respeito que temos pelo Deputado Tércio Albuquerque e ele o sabe, este Deputado não pode, de espécie alguma, concordar com seu voto de louvor ao General Adalberto Massa, e vou dizer porque.

Voto de louvor, no meu entendimento, dá-se a alguém que tenha realmente prestado relevantes serviços à comunidade. Votos de regozijo oferece-se a alguém que normalmente tem sido digno do cargo que ocupa.

Agora, o que não posso entender, é como que podemos dar votos de louvor a alguém que, durante exatamente nove anos, tem servido mais aos grandes grupos econômicos deste Estado que àqueles que efetivamente precisam de proteção, que são os trabalhadores.

Digo isto, Sr. Presidente, e nem era intenção nossa encaminhar este requerimento, mas aconteceu que, depois de muita coisa que já ouvimos hoje a respeito desse pedido, recordei-me de fatos verídicos havidos no Município de Porecatu, uma cidade que tem uma indústria canaveira do Grupo Atalla, onde mantemos estreita relação política com os trabalhadores que lá

vivem. Fatos praticados sob total omissão do Delegado Regional do Trabalho.

Qual é o papel do Delegado do Trabalho? É cumprir, exigir que se cumpram as leis trabalhistas neste Estado.

Qual é o papel do Delegado do Trabalho? É proteger, defender os interesses das classes trabalhadoras deste Estado.

E isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o General Adalberto Massa não tem feito. Em Porecatu, uma cidade eminentemente agrícola, onde existe uma usina que explora os trabalhadores, paga salários aviltantes; explora o trabalho da mulher, inclusive mulheres grávidas, menores, crianças, sem a menor proteção por parte deste órgão governamental.

Em Porecatu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há trabalhadores que estão morrendo à míngua, morrendo pela subnutrição. Trabalhadores que ficam dois, três meses, sem receber seus salários. E não é possível que nós, nesta hora, possamos nos regozijar com aquele que tem se omitido, fechado os olhos para aquela gente sofrida deste nosso Estado. E isto não é possível.

Recentemente, apresentamos aqui um apelo veemente ao Ministro do Trabalho, para que crie um posto regional do Ministério do Trabalho, em Porecatu, para que mulheres grávidas deixem de ser exploradas no corte da cana e no trabalho da lavoura do café; para que menores deixem de ser explorados, para que irmãos nossos, seres humanos, deixem de morrer à míngua, porque em Porecatu, qualquer trabalhador que tentar litigar seus direitos na justiça local, a primeira coisa que o Grupo Atalla faz é cortar o fornecimento de alimentos para o empregado e seus familiares.

E é por isso, Sr. Presidente, que digo que lá existem trabalhadores morrendo à míngua. E já teve, inclusive, até um caso de morte de um cidadão cujo primeiro nome era Maximiano, porque ele teve a coragem de pleitear seus direitos na Justiça do Trabalho. Imediatamente a punição veio sobre sua cabeça e sua família foi atingida, por essa perseguição injusta; morreu de fome, sua família se alimentava com lambaris e caldo de cana porque não tinha o que comer.

É assim que o trabalhador é tratado no Paraná. É desta forma que o General Adalberto Massa zela pelos interesses dos trabalhadores.

Aprovar um requerimento como esse, jamais.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em discussão o requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ouvimos os elogios ao General Adalberto Massa e não poderíamos deixar de voltar um pouco no tempo, para olhar alguma coisa que aconteceu no passado.

Realmente, para alguns, os privilegiados do sistema, o General Adalberto Massa tem o espírito alamente democrático. Para outros, ele não é mais do que o homem que apoia a arbitrariedade, que apoia a escravidão no nosso Estado.

Quem bate, esquece logo; quem apanha, além de levar no lombo a cicatriz, leva também no coração e não esquece.

Sr. Presidente, vimos, nos anos de 76, o General Adalberto Massa, integrado na campanha política da antiga ARENA, impugnar por telefone a candidatura do candidato a Prefeito de Mandaguari, que era um ex-Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Sem motivação legal, apenas para atender o jogo do Prefeito daquela cidade, telefonou ao Juiz de Direito que, ilegalmente, também impugnou. Mas à Justiça no Tribunal Regional Eleitoral, não valeu o telefonema nem a impugnação do Juiz. O candidato do MDB, na época, Sr. Paulo Marzolla, recebeu nos últimos dias de campanha, a sua condição legal de candidato.

Vimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma greve dos trabalhadores da construção civil de Curitiba, greve esta que era uma legítima reivindicação e que teve momentos que mais pareciam uma praça de guerra do que propriamente uma greve, porque o General não hesitou em pedir à Polícia do Governo, para coagir e bater em trabalhadores.

Pedimos, há muito tempo, Sr. Presidente, uma fiscalização mais séria por parte da Delegacia do Trabalho no Paraná, uma fiscalização que fosse atender ao trabalhador que, muitas vezes, tem sido mais escravo que os negros que os portugueses trouxeram para esta colônia.

Pedimos em um movimento dos garis de Curitiba, uma atenção especial do General Massa, pois a condição de insalubridade, o excesso de trabalho que esses garis sofriam e sofrem, a sensibilidade do General foi tamanha, que uma noite de paralisação dos garis foi o bastante para que ele ameaçasse a polícia de ir atender as reivindicações dos garis de Curitiba.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que pese o requerimento ser do ilustre Deputado Tércio Albuquerque, fica aqui o nosso mais veemente protesto pela não aprovação do requerimento, pois aprovar este requerimento seria o mesmo que “engraxar o rabo de tatu do patrão para bater no trabalhador”.

Portanto, Sr. Presidente, não vamos por sebo em chicote de ninguém, fica não só o nosso voto, mas o nosso repúdio ao comportamento que aquele homem que exerce a Delegacia do Trabalho vem tendo com o trabalhador, ao invés de defender os interesses daqueles que realmente precisam ser defendidos, que são os trabalhadores.

Ele defende os interesses daqueles que não precisam nem do seu favor, mas ele o faz para ficar bem com o sistema e com os capitalistas, que na maioria das vezes, escravizam e torturam os trabalhadores, não só do nosso Estado, mas de toda a área de influência no Paraná, no Brasil, na América, no Terceiro Mundo.

Portanto, Sr. Presidente, fica um voto de repúdio e de protesto, além das palavras que já falamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação. O SR. FIORI LUIZ — (Para encaminhar) Este, Sr. Presidente, é um País dominado por generais.

Não tenho, absolutamente, nada contra generais, porque inclusive entre eles há muita gente com competência, com seriedade, com honestidade. Mas, há alguns, à frente de setores importantes desta Nação, que não se sensibilizaram com fatos sociais que estão a acontecer, de minuto a minuto, nesta Pátria.

É um General, no nosso Governo do Estado; é um General no Ministério da Educação; é um General, Chefe da Segurança de Itaipu, em choque com os trabalhadores, comandando oficiais armados de fuzís, de baionetas, para enfrentarem os trabalhadores que reivindicam melhores preços para suas terras; é um General na Delegacia Regional do Trabalho aqui no Paraná.

Já dizia Mao Tsé Tung: “Devemos combater tudo o que o inimigo apoia e apoiar tudo o que o inimigo combate”.

No Estado do Paraná, se espalham os “peleguinhos”, mas há o “pelego-rei”, o “pelego-mor”, que é o General Massa, encastelado na Delegacia Regional do Trabalho há nove anos.

Requerimentos importantes nesta Casa, são rejeitados, de cunho social, e agora, tenta-se aprovar um requerimento desse teor, com todo o respeito ao ínclito companheiro Tércio Albuquerque.

Em nome do Legislativo, em nome deste Poder que ainda tem alguma força, embora desgastado, é humilhante aprovar um requerimento desse teor. A prioridade neste País, entendo eu, e neste Parlamento, é a questão do trabalho, do trabalhador.

E há uma incoerência desta Casa ao se rejeitar um requerimento de nossa autoria, que solicitava das autoridades o paga-

mento do segundo reajuste semestral de dois mil professores e servidores da Universidade Estadual de Londrina, conforme determina a Lei Salarial.

Onde está a incoerência? É evidente, ela é clara, ao se rejeitar um requerimento daquele teor, exigindo um pagamento salarial a funcionários, e tenta-se aprovar um requerimento de louvor ao "pelego-mor" deste Estado.

Como se comporta o "General-pelego" em sua função, nos casos de reivindicação dos trabalhadores?

Os trabalhadores, como dizia o Deputado Scarpelini, no chicote e os patrões, com açúcar e com afeto. O açúcar e afeto sem alusão à Usina Central Porecatu, que muito bem colocou o Deputado Tavares, que é o Deputado da região, e sente o drama dos trabalhadores de Porecatu.

Nós estivemos lá, também, como Presidente de uma Comissão formada nesta Casa, reivindicando ao lado dos oito mil trabalhadores que vivem e trabalham no "feudo dos Atalla", à base da chibata e da correia e da vara de marmelo. Por que o General Massa não procura saber detalhes de um garoto de 14 anos, que foi engolido pela moenda de cana, às quatro horas da manhã, em Porecatu? O assunto foi acobertado porque lá também os "peleguinhos" que são comandados pelo "pelego-mor" da Delegacia do Trabalho.

Por isso, Sr. Presidente, nos colocamos frontalmente contrários à aprovação deste requerimento.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação o requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar) Sr. Presidente, a legislação trabalhista no País tem uma inspiração fascista, porque foi buscar na "Carta Del Lavoro", de Mussolini, muitas das questões inseridas nessa mesma legislação.

É óbvio, pela origem de grande parte da legislação trabalhista, do direito social do País, estar comprometida, é que se vê na realidade operária deste País, a ausência da autonomia sindical, porque também é da "Carta Del Lavoro" a predisposição fazendo com que o Estado seja tutelador das relações trabalhistas das atividades sindicais e das demais.

Ora, Sr. Presidente, é por essa razão também que vemos hoje, os sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, que vemos hoje essa dependência, que vemos hoje em que toda a atividade trabalhista, operária deste País, tem sobre si esta visão clara do autoritarismo, da tutela e da ausência da autonomia.

Se, portanto, há importantes aspectos dentro da nossa legislação que são por demais tuteladores, por demais autoritários e que fogem a toda evolução do Direito Social e das conquistas dos operários de todo o mundo, se isso por si já é grave, a coisa já se agrava quando os agentes desta legislação passam também a explorar o que nela contém e entre os agentes executores desta legislação, que como disse, por si só já é condenável, está o Delegado Regional do Trabalho do Paraná.

Tem demonstrado no dia a dia, um "expert" na aplicação dessa legislação, sempre buscando fazer com que haja tutela sobre os sindicatos, sobre as conquistas trabalhistas e, obviamente, Sr. Presidente, se nesse instante a Liderança do PMDB ao encaminhar a votação mais uma vez coloca dois aspectos importantes, o primeiro, de que nada temos contra a pessoa do General Massa, ora tentando homenageá-lo. Temos muito, sim, com o programa do nosso Partido, que coloca o trabalho sobre o capital, fazendo com que efetivamente o trabalho seja a grande origem das riquezas humanas e não seria neste instante que seríamos incoerentes com a disposição programática dos princípios básicos do programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, a legislação é fascista em sua grande parte. Os agentes que a executam quando a lei a extrapola ainda mais,

não podemos homenageá-los, e por isso a nossa posição neste instante e haverá de aqui, neste dia também, Sr. Presidente, analisar rapidamente a natureza jurídica de uma Delegacia Regional do Trabalho e a natureza social dessa mesma organização, porque o Ministério do Trabalho, em qualquer país medianamente organizado, tem como princípio básico estar ao lado do trabalho, que inclusive lhe empresta o nome.

Mas, o que temos visto no Brasil, é que o Ministério do Trabalho deveria se transformar em Ministério do Capital, porque inclusive Sua Excelência o Sr. Ministro do Trabalho, na prática, tem provado estar sempre ao lado do capital, como nos diálogos com o "Grupo dos 14", em São Paulo, nos episódios já historicamente consagrados do conflito ABC x Empresários de São Paulo.

Então, se nós até vemos isso, se a própria natureza jurídica e social do Ministério do Trabalho, como de suas Delegacias, deveria colocar o trabalho acima de qualquer conceituação, não podemos ver aqui que o agente do Ministério do Trabalho tenha se comportado como tem ocorrido, e as provas estão nas relações entre empregado e empregador, quer no campo, quer na cidade, tem-se colocado prioritariamente a favor do capital, a favor do mais forte.

Sr. Presidente. Esse aspecto me parece delicado, mas é de uma importância até sociológica. O Ministério do Trabalho, as Delegacias Regionais do Trabalho, as próprias Juntas de Conciliação e Julgamento, e lá no interior o Promotor Público, representante do Ministério do Trabalho, tem um compromisso sociológico com a sociedade, qual seja, de dar efetivamente preferência na sua questão de aplicação judiciária, em favor do mais fraco, do injustiçado, do oprimido e do trabalhador.

É da essência da legislação trabalhista, é da essência do seu processo, portanto, que se dê apoio, que se dê, efetivamente, cobertura ao mais fraco, ao oprimido, ao que está sofrendo injustiça.

E quem mais, neste País, não está sendo fraco, oprimido e injustiçado que o trabalhador brasileiro? E o Estado, como tal, deveria, isto sim, instrumentar e bem as Delegacias Regionais de Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento e as próprias Promotorias, no sentido de que elas efetivamente fossem um braço de justiça em favor do trabalhador, independente das relações capital e trabalho em si.

Mas, não é isto que temos visto. E em verdade, aqui no Paraná não é diferente. Ao contrário.

Quando tivemos a greve da construção civil, notamos que em todos os instantes, como é que se conduzia a Delegacia Regional do Trabalho, com quem ela mais dialogou, com quem mais manteve relacionamento. Seguidamente, se fechava em salas com o próprio sindicato das empresas de construção civil, mas rechaçava muitas vezes o bom diálogo e o relacionamento com aqueles que estavam mobilizando, os próprios operários da construção civil naquela tão famosa e contundente greve que aconteceu em Curitiba, no final de 79.

Quem não se lembra dos episódios aqui tratados? Quem por acaso se esquece da omissão que temos sentido no Ministério do Trabalho neste Estado, na questão gravíssima dos operários que trabalham nas hidrelétricas? Quem está esquecido, por acaso, da omissão da Delegacia Regional do Trabalho para com o bóia-fria, tangido e colocado nas estradas tal qual um animal? Acidentes pontificando toda semana. E onde temos visto a Delegacia Regional do Trabalho se impor, tomar a si o que é uma obrigação sua também?

O que dizer das viúvas e dos aleijados do rami? O que dizer deste País campeão em acidentes da construção civil?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta posição nossa é, acima de tudo, uma posição até de princípio, até científica, porque não entendemos diferente o Ministério do Trabalho, a não ser para se posicionar preferencialmente ao lado do trabalho

porque o trabalho é que lhe empresta o nome e lhe dá a titularidade. Diferente portanto, não serão seus agentes, no caso as Delegacias Regionais.

Sr. Presidente, é óbvio que deixamos, pela Liderança do PMDB, esta visão muito séria, muito clara e até científica.

Nada temos, repito, contra a pessoa, ser general ou não. A mim não importa a sua função os seus atos é que me parece merecem uma análise e a natureza jurídica e social da sua atividade.

Nós, neste País, acima de tudo, temos que guardar este conceito da justiça social. O trabalhador que é realmente a parte economicamente mais fraca, que precisa da presença, da assistência, da valorização, da sua liberdade, não portanto, os privilégios para o capital.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o nosso voto, que já foi dito da tribuna na discussão da matéria, é um voto contrário. Muito consciente, muito claro, decididamente observando a questão da justiça social neste País, porque no conflito capital e trabalho, precisávamos sim, que o Delegado Regional do Trabalho, que Sua Excelência o Ministro do Trabalho, fossem magistrados, mas, acima de tudo, conceituassem bem esse aspecto de que é o trabalho que precisa de cobertura, porque ali está o oprimido, ali está o injustiçado, ali está o mais fraco.

Tomara, Sr. Presidente, que nós retificássemos aqui nesta Casa, esta posição. Não homenageando a Delegacia Regional do Trabalho, mas fazendo uma homenagem ao trabalho e ao trabalhador, aprovando sim, um voto de solidariedade aos sindicatos livres e independentes, como do próprio ABC, que para provar o que dissemos dessa legislação fascista, está sob intervenção.

E, enquanto tiver um sindicato sob intervenção neste País, nenhum Delegado Regional do Trabalho, muito menos o Ministro do Trabalho, merecerá a nossa menor consideração.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na tarde de hoje, estamos assistindo um verdadeiro palco e um desfile de palavras bonitas, de discursos, em que a maioria dos Srs. Deputados da Oposição apegam-se a pequenos fatos, para torná-lo, em um momento carnavalesco de discussões.

Apresentamos um único e exclusivamente, um simples requerimento que congratula-se com o cidadão que, há nove anos, encontra-se em um posto, em um cargo público de importância extraordinária, que é a Delegacia Regional do Trabalho.

As nossas congratulações — que não merecem tantas críticas porque são, na maioria delas, infundadas — transformaram-na em louvor, em regozijo, porque nem atualizados com o requerimento os Deputados que se pronunciaram estão.

Mas esperei a palavra do nobre líder, o inteligente e capaz Deputado Nelson Friedrich, porque através de suas palavras poderíamos chegar a um entendimento que a Oposição, na realidade generalizou este fato.

E nós, com a consciência tranqüila do dever cumprido, estamos apresentando e haveremos de vê-lo aprovado, uma simples congratulação, com uma figura que há nove anos está num posto e se demérito ele teria feito, já não estaria no seu cargo.

Porque inclusive, Srs. Deputados da Oposição, lendo os jornais durante o decorrer da semana passada, encontramos elogios ao General Massa, por toda a imprensa do Paraná, de

palavras inclusive de outros Delegados Regionais do Trabalho de outros Estados, dizendo que no Paraná é de se admirar que os acontecimentos têm que ser resolvidos com calma, com tranqüilidade e que as greves aqui têm sido assistidas e acompanhadas com imparcialidade pelo General Adalberto Massa.

Isto é a imprensa que diz; isto são os demais Srs. Delegados Regionais do Trabalho de todo o País. E aqui estamos assistindo a um desfile exatamente de palavras acusatórias, de palavras que tentam desmoralizar e machucar a dignidade de um homem.

E não podemos assistir calados e imparcialmente o que diz a Oposição, com todo o respeito que temos a cada Deputado que aqui se pronunciou, mas como um componente deste Poder, trazido aqui pelo voto do povo, nós também temos que defender o que achamos que é do nosso dever.

E exatamente, se aqui amanhã se apresenta um requerimento congratulando-se com qualquer autoridade da Oposição, que depois de analisar chegaremos a uma conclusão que também devemos associar-nos com Vossas Excelências da Oposição, o faremos, porque temos que aqui representar o povo e não uma parcela minoritária, que acredita e que dedica com parcialidade, a machucar a dignidade de um homem que há nove anos continua no cargo e tem o respeito da maioria do povo paranaense.

Haveremos de, com o apoio dos nobres Deputados de nossa Bancada, quicá alguns da Oposição que independentemente possam votar, haveremos de ter este requerimento aprovado e levado numa simples congratulação, que não é regozijo, que não é louvor, que não é festa nem é carnaval, como Vossas Excelências quiseram fazer.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era intenção deste Parlamentar, se pronunciar após ter ouvido todo esse debate sobre este requerimento.

Acredito no entanto, que devo dizer, ao posicionar-me frente a este requerimento, de que aqui foram enumerados, não sei se em estilo carnavalesco ou não, uma série de ações deflagradas e inclusive testemunhadas, documentadas em jornais, documentadas nos sindicatos, da posição não imparcial, como quer o nobre Deputado que me antecedeu na palavra, mas de uma posição de um Delegado de Trabalho que tem se colocado parcialmente a favor do capital.

São poucas as vezes ou às vezes inclusive ausente estava o Delegado do Trabalho, quando o direito dos trabalhadores não o atendimento assistencial ou individualista, mas o direito dos trabalhadores reivindicados pela classe toda, em forma coletiva, em que ele tenha realmente dado o respaldo a esta classe.

Se ele permanece por nove anos e que com este argumento quer se dizer que é competente, acredito que se ele fosse realmente competente no atual regime, dificilmente permaneceria por nove anos.

Ele é competente para quem: Competente ao regime, ao sistema que deu provas, que a partir inclusive dos salários de miséria, que a partir inclusive da falta de liberdade de organização dos sindicatos livres, está claramente posicionado ao lado do capital e não do trabalhador. Portanto, ele está nove anos lá assim como ficou nove anos Idi amim, assim como ficou 25 anos Stroessner, e tantos outros ditadores.

Acredito que a permanência no tempo não significa competência. Porque neste caso deveríamos dizer também que o donatário de Medianeira, por estar há onze anos lá, também é competente. Portanto, este argumento também não nos convence.

Gostaria de reiterar e deixar claro, mais uma vez, o que aqui foi dito pelos nobres colegas Parlamentares da Oposição,

foram dados verídicos. Ninguém pode negar que existiu realmente o movimento de Porecatu. Ninguém poderá negar a parcialidade com que o Delegado tratou aquele caso. Ninguém poderá negar o fato que aconteceu em Paranaguá.

E isto não é carnaval. São denúncias muito sérias que devem ser consideradas e ponderadas no momento exato em que se quer homenagear aquele que tanto tem demonstrado estar ao lado do capital e não do trabalhador, como deveria estar.

Encerro, Sr. Presidente, com uma simples pergunta: onde está o General Massa com o episódio dos trabalhadores da agricultura em Itaipu?

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o requerimento.  
Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

2 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 150 e 164/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 27, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 174/80.

Levanta-se a Sessão.